

**ATA**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador André Coelho Lima – a) - Relativamente ao sentido de voto adotado na última Reunião de Câmara quanto à atribuição de um subsídio ao Centro Social de Guardizela esclareceu que os Vereadores eleitos pelo PSD-CDS o fizeram especificamente atendendo à circunstância de terem pedido um esclarecimento sobre o facto de se tratar de um serviço gerido como unidade privada ou valência social, tendo sido, na altura, informados pelo Sr. Presidente da Câmara, que tratar-se-ia, segundo sabia, de uma extensão da valência social existente. Continuou, referindo que lhe parecia que tal não se verificava. Disse que a razão da pergunta feita se prendia sobretudo com a necessidade de se perceber o critério, considerando que seria normal que uma Instituição Particular de Solidariedade Social

tivesse valências sociais e valências privadas. Continuou, referindo que a pergunta foi clara não tendo sido a resposta clara face ao que sucede. Esclareceu, ainda, que a explicação não influiria o sentido de voto pelo facto de a Instituição Particular de Solidariedade Social prosseguir estatutariamente uma finalidade social, acrescentando, contudo, ser a reflexão do assunto completamente distinta; **b)** - Sobre o valor do Fundo de Apoio Municipal e o requerimento apresentado nessa sequência disse ter ficado surpreendido com a resposta dada pelo Presidente da Câmara de que o Município de Guimarães não pretende recorrer a crédito bancário para fazer face às despesas anuais ou plurianuais impostas pelo Fundo de Apoio Municipal significando, a seu ver, que os 1,3 milhões que o Presidente da Câmara disse, sem rigor, corresponder aos juros a suportar, é algo que não corresponde à verdade, pedindo explicações sobre este assunto. Terminou, referindo que o Governo atualizou as transferências do Orçamento de Estado e o valor da atualização é superior ao contributo anual para o Fundo de Apoio Municipal e está consignado para contribuir para aquele Fundo e ainda para pagamento de dívida, se for superior. Disse que o Estado ainda dá aos Municípios, por aumento das transferências diretas, um valor que supera os contributos que vão ter que ser feitos. Disse, ainda, estar determinado no Regulamento do Fundo de Apoio Municipal que se algum Município não pagar uma única tranche, o Estado cativa as transferências diretas da Administração Central pagando aos Municípios que contribuíram. Terminou, considerando que neste assunto se busca constantemente a fuga para a frente, inventando-se factos ou verificando-se factos que depois não correspondem à verdade. ----

2 – Vereadora Maria Helena Soeiro – A propósito de se comemorar, na próxima quarta-feira, dia 3 de dezembro, o Dia



Internacional da Deficiência, abordou o direito à educação das crianças e jovens com deficiência. Disse ter assistido recentemente, com alguma inquietação, às notícias da falta de professores para o ensino especial, que se terá verificado em praticamente todos os Agrupamentos de Escolas, não só em Guimarães como por todo o país. Disse que a educação especial nunca foi uma questão fácil nem pacífica e por muitos terá sido sempre considerada o parente pobre da educação. Lamentou que se tivesse utilizado as crianças e jovens com deficiência para fazer notícia, sem que se tivesse explorado as razões que estão por trás dessa falta de professores. Disse ter contactado com quase todos os diretores de Agrupamentos de Escolas de Guimarães tendo verificado que a resposta para a falta de docentes de educação especial tem que ver com o facto de o número de alunos de ensino especial em cada agrupamento estar muito acima da média, não se tendo verificado o que estava por trás dessa média. Referiu que o Decreto-Lei nº 3/2008, que especifica os apoios que devem ser dados, destina-se a crianças com deficiência e não a crianças com dificuldades de aprendizagem pelo que este conceito, na prática, exigiria que todas as pessoas que constituem as equipas de avaliação da elegibilidade das crianças tivessem a mesma formação, o que não acontece, apontando casos de crianças com avaliações diferentes consoante o Agrupamento de Escolas. Assim, perguntou se estariam as escolas a considerar crianças com graves dificuldades de aprendizagem elegíveis para a educação especial. De seguida, referiu que o número de alunos em geral tem vindo a diminuir contrariando o número de alunos com necessidades educativas especiais que tem aumentado o que, do seu ponto de vista, constitui um paradoxo. Disse estar igualmente preocupada com a existência de crianças autistas a frequentar

outros estabelecimentos de ensino quando têm resposta garantida na unidade do Agrupamento de Escolas de Fermentões. Lamentou a extinção das Equipas de Coordenação de Apoios Educativos que tinham como função apoiar as escolas no que dizia respeito à educação especial mas também às famílias. Disse constatar que as crianças com dificuldades de aprendizagem estão a engrossar o número de alunos que deveriam ter direito a uma resposta especializada e que se tal não se verificasse o número de professores atribuídos seria suficiente na maioria dos casos. Por último, disse ter vindo a assistir a uma degradação da educação especial não vendo nenhuma chamada de atenção para este assunto em concreto, lembrando a publicação, no passado mês de junho, do parecer do Conselho Nacional de Educação acerca da educação especial onde nada disto foi falado, surgindo agora, frequentemente, notícias sobre problemas na educação especial. -

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Referiu a construção de um muro de grande dimensão que está a ser construído em Azurém, em frente à Associação de Dadores de Sangue, solicitando informação adicional sobre o assunto; **b)** – Disse ter sido realizada uma prospeção arqueológica na zona da Muralha “Aqui Nasceu Portugal”, faltando sinalização sobre a conclusão de que a altura da Torre terá uma maior dimensão. Disse, ainda, existir, do lado esquerdo da Torre, um caleiro chumbado com massa, que destoa face à qualidade do sítio; **c)** – Reclamou a necessidade de se proceder à limpeza da vegetação na estrada que liga Pevidém a Brito; **d)** – Pediu uma clarificação sobre o assunto relacionado com o Centro Social de Guardizela. -----

4 – Vereadora Adelina Paula Pinto – a) – Fez o balanço do programa de formação dos eleitos locais informando da realização de cinco ações nas seguintes áreas: “O estatuto dos eleitos locais



da freguesia: a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (competências e funcionamento)”; “Proteção Civil”; “As políticas de desenvolvimento local - um novo olhar sobre o território”; “Estratégia Municipal para a promoção do emprego e desenvolvimento económico do concelho de Guimarães”; “Organização, Procedimento Administrativo e acesso aos documentos”. Disse ter estado presente em todas as ações de formação que constituíram momentos importantes de reflexão, partilha e de formação, lamentando não terem tido da parte das Juntas de Freguesia a participação que gostariam de ter. Disse ter havido um grupo de Freguesias que não compareceram a nenhuma das ações de formação. Informou da realização de uma ação de avaliação junto das Freguesias cujo relatório será aqui apresentado. Finalizou, considerando ser importante manter estes momentos de reflexão e de partilha ouvindo agora as Juntas de Freguesia no sentido de adequar as ações de formação tendo em vista uma maior participação das Freguesias; **b)** – Disse rever-se nas preocupações manifestadas pela Vereadora Maria Helena Soeiro, considerando que o ensino especial tem vindo a degradar-se paulatinamente com a falta de apoio dos órgãos competentes. Informou que esta questão foi discutida em sede do Conselho Municipal de Educação porque a escola não está a responder às questões da deficiência e da dificuldade de aprendizagem. Disse já ter contactado os Agrupamentos de Escolas tendo constatado a existência de um défice de docentes do ensino especial. No caso concreto da EB 2,3 das Taipas referiu a discrepância no número de alunos sinalizados pela Direção Geral dos Estabelecimentos de Ensino e pela Escola. Informou que o Conselho Municipal de Educação está a preparar um parecer para ser remetido ao Ministério da Educação. Por último, disse que, numa política de

proximidade, as Escolas têm solicitado apoio à Câmara Municipal que, nesta matéria, tem atuado com as diferentes redes sociais numa lógica de inclusão social. -----

4 – Vereador José Bastos – Informou que, na sequência da nomeação da Comissão Liquidatária da Fundação Cidade Guimarães, realizou-se na passada terça-feira a primeira reunião tendo sido definidos os procedimentos a ter relativamente à implementação desta Liquidação. Disse, ainda, que por proposta do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais foi constituída esta Comissão com indicação da Câmara Municipal de Guimarães presidir a esta Comissão. Por último, disse que num curto prazo será apresentada uma proposta de liquidação aos fundadores que apenas ficará pendente da evolução dos processos que ainda correm termos em Tribunal, pelo que julga ter condições para, até ao final do primeiro trimestre de 2015, apresentar plano da liquidação. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Sobre o Centro Social de Guardizela disse tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, não constando nada no processo de que tenha alguma valência privada. Disse estar muito preocupado com o facto de a Segurança Social não estar a estabelecer protocolos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, levando a que estas entidades sintam enormes dificuldades, entendendo a Câmara que deve apoiar estas instituições, face às emergências sociais. Disse ser exatamente isto o que se está a passar em Guardizela e o que se passou também com o Centro Social de Ronfe, Instituição Particular de Solidariedade Social, que prossegue fins públicos, de bem comum e que pratica preços sociais, onde não foi levantada qualquer questão. Sendo uma situação preocupante e porque a declaração de voto apresentada



pelos Vereadores do PSD/CDS-PP atribui ao Presidente da Câmara afirmações alegadamente feitas na reunião de 13 de novembro que não correspondem à verdade, informou que iria propor que não fosse posta à votação nesta reunião a ata daquela reunião sendo deferida tal votação para a próxima reunião ordinária de Câmara com transcrição integral das intervenções sobre este assunto que constam do registo áudio; **b)** - Sobre o Fundo de Apoio Municipal disse que o que estava em causa é a subtração de um valor financeiro que pertence à Câmara Municipal e é mais de meio milhão de euros por ano. Quanto aos juros, deu o exemplo da negociação dos empréstimos do AVEPARK que vão ficar da responsabilidade do Município, sendo que a correspondente taxa é de 5,5% ao ano. Disse, ainda, que, a propósito do FAM, este Governo premeia o demérito e que os Municípios que cuidaram das suas finanças saem penalizados porque têm que acudir às situações de falência técnica das outras Câmaras. Sobre as transferências diretas do Estado disse que nada têm que ver com o FAM mas com o cálculo do ponto de vista da Lei da Finanças Locais e dos impostos que dizem respeito a cada Município; **c)** Sobre as questões da obra de Azurém, da Torre da Alfândega e da via de ligação de Pevidém a Brito, disse que daria posteriormente uma informação; **d)** – Disse ter ouvido com muita atenção a intervenção da Vereadora Maria Helena Soeiro reconhecendo não ser uma competência direta da Câmara Municipal que considera muito preocupante. -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor ao Professor **Adelino da Conceição Gomes de Oliveira**, de acordo com o texto que a seguir se transcreve: "Adelino Oliveira foi professor do 1º Ciclo na freguesia de Santa Leocádia de Briteiros desde 1995. Foi

fundador, Presidente do Conselho Executivo e Presidente do Conselho pedagógico do Agrupamento Horizontal de Escolas de Briteiros – o primeiro a ser criado em Portugal – de 1999 a 2004. No mesmo Agrupamento, foi ainda Presidente da Assembleia de Escola e, posteriormente, do seu Conselho Geral, de 2004 a 2009, e Subdiretor de 2009 a 2014. Em 2004, fundou o CISIB – Centro de Integração de Serviços para a Infância de Briteiros, uma estrutura protocolada com o Município e o Ministério da Educação que viria a coordenar até 2014, vocacionada para a prevenção e intervenção educativa com o objetivo de diagnosticar os problemas da infância, da juventude e respetivas famílias promovendo, em articulação com a CPCJ, a construção de respostas adequadas no combate ao abandono escolar e à exclusão social. Foi fundador e é, desde 2012, Presidente da Assembleia Geral da “Castreja – Cooperativa de Apoio Social e Cultural” e, desde 2002, Qualificador da Comissão Social Interfreguesias Castreja, através da qual tem mobilizado e articulado as forças vivas da região em prol do desenvolvimento económico, social e cultural daquela área do território concelhio. Conhecido pela forma calma e ponderada como aborda todas as matérias, pela forma como priorizou os alunos, como trabalhou em prol da comunidade, o Prof. Adelino Oliveira é um homem conciliador, de causas, acreditando que todos as crianças têm direito a uma escola de qualidade, tudo tendo feito para que tal fosse uma realidade. Pessoa íntegra e exigente, desde logo consigo mesmo, tais qualidades nunca o impediram de assumir uma atitude positiva, otimista, afável, colaborante, esperançosa e determinada na procura das melhores soluções para otimizar o desempenho da sua escola e dos seus alunos. Destaca-se, de forma muito particular, a forma denodada e comprometida como



abraçou a luta contra o abandono escolar na zona de Briteiros, conseguindo resultados muito relevantes, em boa medida mercê da empatia que facilmente cria com o seu interlocutor e da convicção profunda com que defende o papel da escola enquanto motor da sociedade e principal fator de desenvolvimento humano. Cumpre igualmente destacar que todo o empenho e dedicação que sempre devotou ao seu papel de educador e gestor escolar não o impediram de assumir cargos importantes em organizações culturais associativas, através das quais fez questão de assumir uma postura de participação ativa na sua comunidade de forma como sempre empenhada, conquanto pessoalmente desinteressada. Neste momento em que se desvincula das suas funções públicas, proponho a aprovação do presente Voto de Louvor, através do qual a Câmara Municipal rende a justa homenagem ao Cidadão ativamente comprometido com o bem dos seus semelhantes e com o progresso da sua comunidade na procura de um Concelho mais justo e solidário.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara vai realizar-se na Vila de S. Torcato, nas instalações da EB 2,3 de S. Torcato, à hora habitual. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de outubro, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014. O Presidente da Câmara informou que este ponto iria ser retirado da ordem de trabalhos para ser votado na próxima reunião ordinária de Câmara com a transcrição integral das intervenções sobre a proposta relativa ao Centro Social de Guardizela que constam do registo áudio. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de atribuição de um Subsídio à União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, para a construção das casas de banho no parque de lazer, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €29.275,42. O Presidente da União de Freguesias solicita agora a alteração do objeto daquele contrato, de forma a incluir a execução do alargamento e arranjo exterior do Cemitério de Sande S. Clemente, em substituição da construção de casas de banho no parque de lazer. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 19 de novembro de 2014, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à UNIÃO DE FREGUESIAS para a execução do alargamento e arranjo exterior do Cemitério de Sande S. Clemente.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

**MUNIICPAL. -----****FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ANO DE 2014 - PRIMEIRO ADITAMENTO -**

Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato Interadmministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, para a eletrificação do Cruzeiro e arranjo de rua Souto Mendinho em Briteiros Santa Leocádia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.000,00. A Presidente da União de Freguesias informou não ter sido possível concluir as obras acima mencionados, pelo que solicita a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadmministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 05 de setembro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNIICPAL. -----**

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE

2014 - PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, para a execução de obras no edifício da sede da junta de freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.555,50. A Presidente da União de Freguesias informou não ter sido possível iniciar as obras acima mencionados, pelo que solicita a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 05 de setembro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIIPAL.** -----

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTÕES - ALTERAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ANO DE 2014 - PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Fermentões, para a execução



das seguintes obras: construção de rampa de acesso à Travessa Nº. Sra. Da Conceição; reparação de duas condutas de águas pluviais na Rua de Santa Eulália; levantamento e reposição em cubo na Rua de Souto e Minotes, entre o nº. 203 e o 313; drenagem de águas pluviais para nascente na Rua de Trandes, em frente à rua das Varandas; e alargamento de parte da Rua Adão Carlos Pereira Guimarães, desde o cruzamento da Rua da Bela Vista, até à Rua Jorge Amado, nos terrenos da "Casais", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €14.099,71. O Presidente da Junta da Freguesia solicita agora a alteração do objeto daquele contrato, de forma a incluir a obra de regularização e pavimentação em cubo da rua Regedor Domingos Ferreira das Neves e pavimentação em betuminoso da rua da Sertã, em substituição da obra de levantamento e reposição em cubo na Rua de Souto e Minotes, entre o nº. 203 e o 313. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 25 de setembro de 2014, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na FREGUESIA para a execução das seguintes obras: construção de rampa de acesso à Travessa Nº. Sra. Da Conceição; reparação de duas condutas de águas pluviais na Rua de Santa Eulália; drenagem de águas pluviais para nascente na Rua de Trandes, em frente à rua das Varandas; e alargamento de parte da Rua Adão Carlos Pereira Guimarães, desde o cruzamento da Rua da Bela Vista, até à Rua Jorge Amado, nos terrenos da "Casais; e regularização e pavimentação em cubo da rua Regedor Domingos Ferreira das Neves e pavimentação em betuminoso da rua da Sertã." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---
FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO -
ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -
ANO DE 2014 - PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de atribuição de um Subsídio à Freguesia de Serzedelo, para a realização de obras no Parque de Lazer Talegre/Várzea e no Centro Cívico, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €26.607,28. O Presidente da Junta da Freguesia solicita agora a alteração do objeto daquele contrato, de forma a incluir igualmente as obras que pretende realizar num espaço público na Urbanização do Carvalhal, bem como a alteração do respetivo prazo de conclusão. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 27 de agosto de 2014, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à FREGUESIA para a realização de obras no Parque de Lazer Talegre/Várzea, no Centro Cívico e num espaço público na Urbanização do Carvalhal.”, e ainda a alteração da 5.ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**
PROTOCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR COM OS

**AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E CLUBES DESPORTIVOS -
CENTRO DE DETEÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS -**

Presente a seguinte proposta: "O Centro de Detecção de Talentos Desportivos de Guimarães foi formado no âmbito da CED 2013 e é um excelente elo de ligação entre as escolas e os clubes desportivos, na procura de novos talentos desportivos. O CDTD-G é um projeto municipal bem-sucedido, que visa descobrir jovens com excelentes aptidões para a prática desportiva, sendo posteriormente encaminhados para os vários clubes desportivos; exigindo enorme atenção e um permanente trabalho no terreno, procurando não só que as identificações e observações aconteçam com regularidade, sendo necessário para tal um constante contacto com as escolas e professores de Educação Física, mas também procurando que os objetivos e sucessos alcançados não se percam com o passar do tempo. Assim, de forma a operacionalizar este projeto, propõe-se a aprovação dos Protocolos em anexo, a celebrar entre esta Autarquia, os clubes envolvidos e os Agrupamentos de Escolas de Guimarães." Os referidos protocolos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS - PROTOCOLO A CELEBRAR COM TURISMO
PORTO NORTE DE PORTUGAL - REALIZAÇÃO DO RALLY DE
PORTUGAL EM GUIMARÃES -**

Presente a seguinte proposta: "Em 2015, o Automóvel Clube de Portugal pretende organizar o Rally de Portugal no Norte do País, depois de vários anos na região do Algarve. Para que esse desiderato fosse possível, era fundamental garantir um conjunto de verbas que, tal como nas edições anteriores, garantiriam a sua execução. Depois de negociado com doze autarquias do Norte do País o caderno de

encargos que permitia assegurar o financiamento necessário, o ACP foi confrontado com a decisão do Turismo de Portugal de cancelar o patrocínio de um milhão de euros que tinha atribuído nos últimos anos, o que comprometia não só a deslocalização do rally para o Norte, mas mesmo a sua realização no nosso país. Nesse sentido, e tendo em conta a importância para a nossa região a realização desse evento de escala mundial, a entidade regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal assegurou parte do seu financiamento através de uma candidatura efetuada no âmbito do programa de Promoção e Capacitação Institucional - Internacionalização - Eventos de promoção internacional da Região Norte (EP I - overbooking), mediante um Acordo de Parceria em que as Camaras Municipais envolvidas no Rally de Portugal terão que compartilhar o projeto com uma verba de 25.950,00€ cada, sendo que o investimento elegível de 1.038.000,00€ será compartilhado pela CCDR-N em 70%, de acordo com o protocolo que foi assinado no passado dia 13 de novembro, em Viana do Castelo e que se submete, agora, a ratificação do executivo camarário, nos termos e para os efeitos da al. u) do n.º 1 do art. 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOS - PROTOCOLO COM A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (AMA) - ESPAÇOS DO CIDADÃO - RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o Protocolo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) tendo em vista definir as regras para a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão e o seu respetivo funcionamento no concelho de Guimarães, que se dá



aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Araújo e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Nos termos das grandes opções 2014, o Governo assumiu como opções estruturantes a continuação do processo de digitalização dos serviços públicos a prestar ao cidadão, a migração dos respetivos procedimentos para plataformas digitais e a criação de uma rede de presença do Estado no território que garanta o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de forma mais simples e fácil. Para tal, decidiu o Governo implantar uma rede de mil Espaços do Cidadão no território nacional garantindo o acesso a serviços de atendimento digital assistido aos cidadãos e às empresas. Com este protocolo que nos é apresentado para ratificação, prevê-se a instalação em Guimarães de 12 Espaços do Cidadão. A rede Espaços do Cidadão enquadra-se no programa Aproximar constituindo nos termos do decreto-lei 74/2014 uma oferta de atendimento complementar aos serviços hoje existentes, não visando substituí-los. Por tudo isto, os vereadores da Coligação votam favoravelmente a ratificação deste protocolo, pois entendemos que com esta iniciativa será possível facilitar o acesso dos vimaranenses a diferentes serviços da administração pública, manifestando, no entanto, a importância de serem definidos critérios claros e objetivos para a definição da localização destes doze Espaços do Cidadão. Por último, destacamos que este protocolo, que agora vem a ratificação nesta

reunião de Câmara, foi celebrado a 5 de Agosto do corrente ano, contrariando e desmentindo aqueles que vieram a público acusar o Ministro-adjunto do Desenvolvimento Regional de anunciar numa sessão partidária, que ocorreu a 31 de Outubro, a criação destes doze Espaços do Cidadão. Ou seja, fica demonstrando que desde o dia 5 de Agosto é do conhecimento público a celebração deste protocolo.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROSPEÇÃO GEOTÉCNICA EM GUIMARÃES -

HORTAS – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: “No âmbito do projeto da 1ª fase da intervenção Hidráulica e Paisagística na Ribeira de Couros- zona das Hortas, verificou-se a necessidade de realização de uma prospeção geotécnica daquela área. Nesta sequência e tendo em conta a urgência e imprescindibilidade desta prospeção para a conclusão do projeto de especialidades referente à 1ª fase da intervenção acima referida, a Divisão de Estudos e Projetos considerando a urgência do assunto e o prazo estabelecido para a realização do projeto contactou-se a empresa “GEOMA-Geotecnia e Mecânica de Solos, Lda que manifestou disponibilidade para a execução do trabalho no prazo exigido, pelo que lhe foi solicitado a realização da prospeção geotécnica necessária, tendo para tal sido acordado que o valor dos honorários seria na ordem dos 4.202,00€, valor a que acresceria o IVA à taxa legal em vigor, tendo presente os valores do mercado. Assim, sendo que o respetivo trabalho já foi concluído, é agora necessário proceder ao pagamento do valor dos honorários contratados. Constatou-se, contudo, que, a proposta a submeter a reunião de Câmara nunca chegou a ser agendada, sendo agora necessário ratificar todo este



procedimento naquele órgão executivo, nos seguintes termos: **1.**

Objeto: Aquisição de serviços de prospeção geotécnica da área, objeto da 1ª fase da intervenção Hidráulica e Paisagística na Ribeira de Couros- zona das Hortas. **2. Considerando o supra**

exposto e que: A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia mecânica e climatização; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal ratifique esta aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) Aquisição de serviços de prospeção geotécnica da área, objeto da 1ª fase da intervenção Hidráulica e Paisagística na Ribeira de Couros- zona das Hortas; b) A despesa estima-se em €4.002,00, valor ao qual acresce IVA à taxa legalmente em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental no plano plurianual de investimento do ano de 2014; d) O procedimento de formação do contrato é o ajuste direto com a empresa "GEOMA-Geotecnia e Mecânica de Solos, Lda", nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 20.º e dos art.º s 128.º e 129º do Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não foi aplicada a redução remuneratória, de acordo com o previsto no

art.º 33.º, por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014, uma vez o Município não celebrou, no corrente ano ou no ano de 2013, qualquer contrato idêntico e/ou com a mesma contraparte.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação de proposta por se considerar impedido.-----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – Presente a seguinte proposta:

“**1. Objeto:** Contratação de prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. **2. Considerandos:** a) A Câmara Municipal de Guimarães vem mantendo com a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença. Esse contrato corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da atividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: i) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar; ii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública (empreitadas e aquisição de bens e serviços); iii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado. Entretanto, aproximando-se o final do prazo limite do atual contrato, é agora necessário iniciar um novo procedimento com



vista à contratação desta prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença. b) A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, nas diversas áreas do Direito a que acima se fez referência. c) Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. d) Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a contratação de uma prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. Este contrato terá a duração de um ano, a iniciar em Janeiro de 2015, com possibilidade de renovação, nos termos da lei. b) A despesa anual estima-se em valor inferior ao valor previsto na al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, para a escolha do procedimento por ajuste direto. c) A despesa será incluída no Orçamento do Município para o ano de 2015. d) O procedimento de formação dos contratos deve ser o ajuste direto, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 27º do Código dos Contratos Públicos, à Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados, RL, tendo

em conta os conhecimentos, competência técnica e a experiência profissional comprovados, bem como a prontidão e a disponibilidade sempre demonstradas. É nossa convicção, por experiência direta e pelos reportes dos serviços municipais que com maior frequência recorrem à avença atualmente contratada, que esta Sociedade de advogados, por ser constituída por profissionais de reconhecida aptidão técnica e experiência, tem respondido às diversas solicitações com manifesta competência, eficiência e disponibilidade, traduzida, amiúde, na extensão dos serviços prestados em áreas diversas das previstas nos contratos que os suportam, pelo que a sua continuidade seria muito vantajosa para o Município. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por forma do art.º 7.º do mesmo diploma legal e do 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA - RATIFICAÇÃO –

Presente a seguinte proposta: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de consultoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, na ação intentada contra o Ministério da Agricultura e do Mar, relativamente á impugnação da decisão desfavorável da DRAP Norte sobre a manutenção da Cidade Desportiva de Guimarães na Zona de Reserva Agrícola Nacional. **2.**



Considerando que: No âmbito do processo de revisão do PDM de Guimarães que está em curso, a Câmara Municipal de Guimarães propôs às entidades competentes uma alteração da área sujeita à Reserva Agrícola Nacional, que, entre outras, previa que as parcelas de terreno onde foi construída a denominada “Cidade Desportiva de Guimarães”, deixassem de estar sujeitas a essa restrição de utilidade pública. Com efeito, a denominada “Cidade Desportiva de Guimarães” foi construída pela autarquia entre os anos 2000 e 2001, em terrenos então classificados como Reserva Agrícola Nacional, na sequência de um processo “autorização de utilização de solo agrícola para outros fins”, que conheceu decisão final favorável para essa finalidade em Setembro de 1999. Posteriormente, em 6 de Fevereiro de 2014, a Câmara Municipal de Guimarães apresentou à DRAP Norte uma proposta de aditamento à sua anterior proposta de RAN final, na qual solicitava a continuação da classificação dos terrenos ocupados pela denominada “Cidade Desportiva de Guimarães” como Reserva Agrícola Nacional, alterando, dessa forma, a sua proposta anterior. Essa proposta foi rejeitada pela DRAP Norte, através de despacho do Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, de 7 de Março de 2014, notificada à Câmara em 10 de Março de 2014. Por não concordar com essa decisão, a Câmara Municipal de Guimarães solicitou à Entidade Nacional da RAN o parecer previsto no n.º 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, sobre a sua pretensão de manutenção dos referidos terrenos na Reserva Agrícola Nacional. Posteriormente, foi também necessário intentar uma ação judicial contra o Ministério da Agricultura e do Mar, relativamente à impugnação da decisão desfavorável da DRAP Norte sobre a manutenção da Cidade Desportiva de Guimarães na Zona de Reserva Agrícola Nacional. Todo este processo foi

acompanhado, desde o seu início, pelo Sr. Dr. Luis Melo, da sociedade de advogados "Coelho Ribeiro e Associados – Sociedade Civil de Advogados, RL", tendo-lhe sido solicitado o valor dos honorários respetivos com vista à preparação de todo o procedimento tendente à sua contratação, designadamente a preparação do pedido de parecer prévio à Câmara Municipal (ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril) e a emissão dos documentos contabilísticos de cabimentação e compromisso orçamental (nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro). A sociedade de advogados "Coelho Ribeiro e Associados – Sociedade Civil de Advogados, RL" enviou, agora, o valor respeitante aos honorários a pagar por esta representação, pelo que é necessário dar sequência a todo o procedimento para formalizar esta contratação de serviços. Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal ratifique esta aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) Aquisição de serviços de consultadoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito da ação intentada contra o Ministério da Agricultura e do Mar, relativamente à impugnação da decisão desfavorável da DRAP Norte sobre a manutenção da



Cidade Desportiva de Guimarães na Zona de Reserva Agrícola Nacional. b) A despesa estima-se em €4.356,00, valor ao qual acresce IVA à taxa legalmente em vigor, bem como as despesas que resultem do acompanhamento do processo (despesas de expediente, taxa de justiça, etc.); c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato é o ajuste direto com a sociedade de advogados "*Coelho Ribeiro e Associados – Sociedade Civil de Advogados, RL*", nos termos da al. a) do art.º 20.º e dos art.º s 128.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e para com a segurança social. g) Finalmente, informa-se ao valor da presente aquisição de serviços já foi aplicada a redução remuneratória prevista, à data da emissão da fatura, no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que a o valor inicialmente apresentado para este serviço era de 4.950,00€, valor ao qual foi aplicada a redução remuneratória de 12%, resultando num valor final de €4.356,00." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE OUTUBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de outubro

que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE PROJETO DE ESTABILIZAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DE DOIS TALUDES

– Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: “**1. Objeto:** contratação de um serviço referente à realização de projeto de estabilização para a consolidação de dois taludes, um na rua Dr. João Alberto Mota Prego Faria, na freguesia da Costa e outro na rua Manuel Tomás, na freguesia de Creixomil. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência, nomeadamente em engenharia civil e geotecnia; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços referente à realização de projeto de estabilização para a consolidação de dois taludes, um na rua Dr. João Alberto Mota



Prego Faria, na freguesia da Costa e outro na rua Manuel Tomás, na freguesia de Creixomil, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização de projeto de estabilização para a consolidação de dois taludes, um na rua Dr. João Alberto Mota Prego Faria, na freguesia da Costa e outro na rua Manuel Tomás, na freguesia de Creixomil, nos termos do caderno de encargos em anexo; b) A despesa anual estima-se em €18.400,00€ (dezoito mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR EXTERNO – AJUSTE DIRETO N.º 104/14 – Presente, para aprovação pelo órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, o relatório final relativo à contratação de serviços de auditor externo, propondo a adjudicação ao

concorrente “Cruz, Pereira, Amaral & Associados – SROC, Lda”, pelo preço contratual de €29.790,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O referido relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJETO DE COMPETÊNCIAS PSICOLÓGICAS/OP 2013 - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE EXPERIÊNCIAS POSITIVAS – CRIANÇAS E JOVENS

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Objeto: No âmbito do Orçamento Participativo de 2013 foi submetido e aprovado o “Projeto de competências psicológicas”, que tem como principal objetivo promover e desenvolver competências de vida que visem ajudar as crianças e os jovens a ter sucesso no meio ambiente em que vivem, seja na escola, em casa ou na comunidade. A sua implementação nas escolas do concelho, pressupõe uma complexa coordenação com entidades competentes. Pretende-se que sejam abrangidas as 16 escolas/agrupamentos de escolas numa projeção de uma população escolar de 192 alunos. **1. Considerando que:** a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em animação sociocultural bem como um profundo conhecimento social do público-alvo do projeto; de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento, em tempo útil; trata-se da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer



modalidade de relação jurídica de emprego público; **2. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços na área da Psicologia da Educação, mais concretamente no desenvolvimento de programas específicos de promoção e desenvolvimento de competências psicológicas com crianças e jovens, formando equipas qualificadas para a implementação desses projetos, a desenvolver nos agrupamentos de escolas do concelho, pelo período de dois anos letivos. b) A despesa estima-se em €40.650,00 (quarenta mil seiscientos e cinquenta euros), repartido em quatro tranches de €10.162,50 (dez mil cento e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos) cada, mediante a apresentação de relatórios de acompanhamento, acrescido de iva à taxa legal em vigor. c) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015 e 2016, pelo que foi emitida a declaração nos termos do nº 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, ao Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi) da Universidade do Minho, uma vez que esta entidade tem um conhecimento da especificidade das atividades a desenvolver tendo em consideração o público-alvo abrangido, desenvolve com comprovada eficiência e resultados comprovados, trabalhos na área da psicologia. Além de ter a componente da propriedade intelectual dos instrumentos a utilizar nas diferentes fases de implementação dos programas. e) Não existe relação ou

participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar não tem dívidas à Segurança Social nem ao Serviço de Finanças. g) Finalmente informa-se que não foi aplicada qualquer redução remuneratória ao preço base deste procedimento uma vez que a Câmara Municipal não contratou, em anos anteriores, qualquer serviço desta ou de outra natureza, a esta associação. --
Plano de pagamentos: -----

Descrição	Março 2015	Setembro 2015	Março 2016	Setembro 2016
Valor	10.162.50€	10.162.50€	10.162.50€	10.162.50€

À consideração superior.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães; **Período de vigência:** 3 anos, com início a 15 de fevereiro de 2015; **Preço base:** 1.800.000,00€ + IVA (23%); **Repartição de encargos: - 2015:** 525.000,00€ + IVA (23%); -



2016: 600.000,00€ + IVA (23%); - **2007:** 600.000,00€ + IVA (23%); - **2018:** 75.000,00€ + IVA (23%). **Classificação económica:** 020218; **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; - Dalila Sepúlveda, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos; **Vogais Suplentes:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Crisália Alves, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O pedido de parecer prévio, o programa de concurso e o caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE CANDOSO S. MARTINHO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Associação de Pais e Amigos da Escola Primária De Candoso S. Martinho solicitou a cedência do fotocopador Nashuatec 1505 nº série H6627201545, instalado no Centro Escolar de Candoso S. Martinho e que se encontra fora de serviço em virtude de ter sido substituído por um novo fotocopador. De acordo com a informação da Divisão de Educação não há inconveniência na cedência daquele equipamento, uma vez que o estabelecimento de

ensino supramencionado dispõe de um novo fotocopiador e o anterior equipamento poderá constituir uma mais valia para o desenvolvimento da atividade daquela instituição. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €250,00. ----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Fotocopiador Nashuatec 1505 nº série H6627201545	€ 250,00	€ 250,00

À consideração Superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1 DE DESERTO - PRAZINS SANTO TIRSO - Presente a seguinte informação da

Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Deserto Prazins S. Tirso solicitou a cedência do fotocopiador antigo afeto à EB1 de Deserto Prazins S. Tirso, em virtude de ter sido instalado um novo fotocopiador naquele estabelecimento de ensino. De acordo com a informação da Divisão de Educação não há inconveniência na cedência do fotocopiador Konica 7220 nº série 28HF02537, uma vez que o estabelecimento de ensino supramencionado dispõe de um novo fotocopiador e o anterior equipamento poderá constituir uma mais valia para o desenvolvimento da atividade daquela instituição. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do



disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €350,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Fotocopiador Konica 7220 nº série 28HF02537	€ 350,00	€ 350,00

À consideração Superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE - Presente a seguinte informação da

Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Ponte solicitou a cedência de um fotocopiador, instalado no Centro Escolar de Ponte. De acordo com a informação da Divisão de Educação não há inconveniência na cedência do fotocopiador Nashuatec DSM618 nº série J9146510355, uma vez que o estabelecimento de ensino supramencionado dispõe de um novo fotocopiador e o anterior equipamento poderá constituir uma mais valia para o desenvolvimento da atividade daquela instituição. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela autarquia, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €300,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Fotocopiador Nashuatec DSM618 nº série J9146510355	€300,00	€300,00

À consideração Superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS - CRIAÇÃO DE EQUIPA DE PROJETO
DENOMINADA "GABINETE COUROS. SÍTIOS PATRIMONIAIS"**

– Presente a seguinte proposta: "Considerando que: a) Nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, a estrutura orgânica municipal pode prever a criação de equipas de projeto temporárias e com objetivos especificados, no âmbito da adoção exclusiva de estruturas orgânicas hierarquizadas; b) Nos termos do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à câmara municipal criar equipas de projeto, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal; c) A assembleia municipal deliberou, em 22 de março de 2010, que o município de Guimarães é uma estrutura orgânica hierarquizada e que pode criar até 5 equipas de projeto; Submete-se a deliberação da câmara municipal a criação, no âmbito da sua estrutura hierarquizada, de 1 (uma) equipa de projeto com vista ao aumento da flexibilidade e da eficácia de gestão, com as seguintes características: a) A designação do projeto: *Gabinete Couros. Sítios Patrimoniais*; b) A Câmara Municipal, após um ano de trabalho, encontra-se em condições de propor uma metodologia de trabalho bem como a respetiva estrutura de funcionamento. A complexidade da tarefa, a filosofia e metodologia de trabalho em proposta exigem uma especificidade de saberes, bem como a coordenação dos mesmos de forma integrada, formando um sistema e não somatório de partes. A filosofia em que assentará esta candidatura tocará em diversos pontos sensíveis do território, nomeadamente caminhos patrimoniais da água, que foram génese da zona de Couros, bem como uma grande plataforma de discussão permanente para colher o contributo de todos os cidadãos sobre o tema de Couros. c) Duração do mandato: a equipa iniciará a sua



atividade em 01/12/2014 e terminará a 30/09/2017. d) Esta equipa de projeto estará na dependência direta do Sr. Presidente da Câmara. e) Objetivos a alcançar: 1. Candidatura a Património Mundial da Zona de Couros. 2. Definição de uma estrutura de "caminhos patrimoniais da água". 3. Trabalho de colaboração com todos os interessados no tema (no âmbito do estudo Antropológico). 4. Valorização de recursos paisagísticos e culturais do concelho. 5. Promover a reabilitação de sítios e imóveis com interesse paisagístico, cultural ou patrimonial. 6. Desenvolver parcerias para, em rede, potenciar os recursos concelhios disponíveis; f) Coordenador do projeto: Alexandra Parada Barbosa Gesta. g) Número de elementos da equipa de projeto e suas funções: 2 (dois) - Alexandra Parada Barbosa Gesta, Técnica Superior, Arquiteta do Município de Guimarães, com funções de coordenação; - Ricardo José Fernandes Rodrigues, Técnico Superior, Arquiteto do Município de Guimarães, será responsável pela execução do plano geral urbanístico da zona de Couros em estudo, pelas unidades de projeto e respetivas arquiteturas que se identifiquem fundamentais para a concretização da missão. Nos termos do disposto no art. 11.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a equipa de projeto considera-se automaticamente extinta uma vez decorrido o prazo pelo qual foi constituída, sem prejuízo de o referido prazo poder ser prorrogado por deliberação da câmara municipal, sob proposta fundamentada do respetivo presidente, a qual deve referir, designadamente, o grau de cumprimento dos objetivos inicialmente estipulados. Extinta a equipa de projeto, compete ao coordenador do projeto elaborar um relatório da atividade desenvolvida e dos resultados alcançados, a submeter à apreciação da câmara municipal." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 4/2014 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 31 de julho de 2014, a pena disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor é a pena **disciplinar de suspensão de 90 dias, suspensa da sua execução pelo período de dois anos.** Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação das penas disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Pelo que, solicito a V/Exa. que submeta a presente proposta à próxima reunião da câmara municipal.” O referido procedimento disciplinar dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO DE 90 DIAS, SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VITRUS AMBIENTE, E.M. S.A. ESTACIONAMENTO PÚBLICO URBANO DE GUIMARÃES - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA, DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS – Presente a seguinte proposta: “Considerando a renovação do Contrato-Programa dos Parques de Estacionamento Municipais e Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, entre o Município de Guimarães e a Vitrus Ambiente, E.M. S.A., junto se apresenta a proposta de minuta de Contrato-Programa, bem como os respetivos anexos, para deliberação do executivo camarário.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da



Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE SELHO (SAO JORGE)

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Pela presente se submete apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Selho (São Jorge), conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária, incrementando nalguns casos a capacidade de estacionamento dos arruamentos, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia.” A planta com a alteração ao trânsito e a ata da Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR

– Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo

25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **INDÚSTRIA MALHAS NATÁLIA RIBEIRO, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 41%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e



mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentada pela empresa **INDÚSTRIA MALHAS NATÁLIA RIBEIRO, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS/UNIÃO DE FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA VIGILÂNCIA EM TRANSPORTE ESCOLAR ASSEGURADO EM AUTOCARROS DO MUNICÍPIO, ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES E DESENVOLVIMENTO DAS A.A.A.F. DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO CIVIL 2015 –

Presente a seguinte proposta: “Como é de conhecimento superior, compete à câmara municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, bem como deliberar em matéria de ação social escolar, designadamente no que diz respeito a alimentação, e assegurar o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar, conforme disposto nas alíneas gg) e hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como na Lei nº 13/2006, de 17 de abril, no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, e ainda no Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto de 2009 e suas posteriores alterações. Nos termos do nº 2 do artigo 117º conjugado com o artigo 131º, ambos do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de

setembro, o município, através dos seus órgãos, pode delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. Nesse sentido, propõe-se, nos termos da alínea l), do número 1, do artigo 33º da referida Lei nº75/2013, a celebração de contrato de delegação de competências com as freguesias e união de freguesias, conforme minuta em anexo. Nesta minuta fica prevista que as alterações decorrentes de acertos financeiros a que haja lugar no decurso do ano letivo tendo por base o número definitivo de crianças e alunos não carecerão de aprovação específica dos órgãos do MUNICÍPIO e da FREGUESIA. Fica, contudo, estabelecida a obrigatoriedade de, no final do ano letivo, ser dado conhecimento àqueles órgãos das alterações ocorridas (Cfr. Cláusula 3ª). Foi previsto um prazo para o contrato de um ano, com início a 1 de janeiro de 2015 e término a 31 de dezembro de 2015. Assim, propõe-se, e para efeitos da prossecução das competências anteriormente enunciadas, a concessão de uma verba anual em conformidade com o mapa em anexo, no qual consta discriminado o montante a transferir, mensalmente, por conta de cada uma das competências a ser delegadas, que constituirá anexo ao contrato de delegação de competências, dele fazendo parte integrante. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de compromisso para a transferência de verbas para as Freguesias, no ano civil de 2015, no valor mensal de €135.381,49, conforme discriminado no mapa, o que perfaz um total anual no valor de €1.489.196,39. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR**



UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO – SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS/UNIÃO DE FREGUESAIS - ATRIBUIÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR - ANO CIVIL 2014 – Presente a

seguinte proposta: “Como é de conhecimento superior, compete à câmara municipal deliberar em matéria de ação social escolar, designadamente no que diz respeito à atribuição de auxílios económicos a estudantes, conforme disposto na alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, e ainda no Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto de 2009 e suas posteriores alterações. Nos termos do nº 2 do artigo 117º conjugado com o artigo 131º, ambos do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o município, através dos seus órgãos, pode delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. Nesse sentido, a Câmara Municipal celebrou um Contrato Interadministrativo com as Freguesias/União de Freguesias, tendo por objeto a delegação de competências, entre as quais a atribuição de auxílios económicos diretos (livros e material escolar) aos alunos do 1º ciclo no âmbito da ação social escolar. Nos termos do ponto 6, da cláusula 3ª da Alteração ao Contrato Interadministrativo, o montante da verba a conceder às Freguesias/União de Freguesias seria, se necessário, objeto de acertos financeiros tendo por base o número de alunos que pudessem ainda vir a beneficiar de auxílios económicos.

Considerando que os agrupamentos de escolas concelhios comunicaram à Autarquia alterações ao nível do número de alunos abrangidos pela ação social escolar, propõe-se nos termos do ponto 6, da cláusula 3ª do documento supramencionado, que se proceda aos necessários acertos financeiros, conforme mapa em anexo. Propõe-se ainda que se proceda a um aditamento à Alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências celebrado com as Freguesias/União de Freguesias, conforme minuta em anexo. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e de compromisso para a transferência de verbas para as Freguesias/União de Freguesias, no valor de €11.732,50, conforme discriminado no mapa, que constituirá anexo ao aditamento à alteração ao contrato de delegação de competência, dele fazendo parte integrante. Mais se informa que deverá ser comunicada às Freguesias de Barco, Selho S. Cristóvão, Polvoreira, Gonça e Pinheiro e às Uniões de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, Atães e Rendufe o montante a devolver a este Município, conforme igualmente discriminado no mapa. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – EB1 DE S. ROMÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Básica de São Romão solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos alunos no dia 11 Dezembro para assistir a um espetáculo de patinagem “A Branca de Neve no Gelo” no Mar Shopping em Matosinhos. Considerando que se trata de uma atividade de interesse



fundamental e que a colaboração da autarquia se reveste de suma importância para a sua concretização e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização de viaturas em causa considerando ainda os custos associados a uma deslocação para fora do concelho, e sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, nos termos da alínea u) do nº1 do art.º 33 da lei 75/2013, de 12 de Setembro, remete-se à Reunião de Câmara a aprovação deste pedido.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - CENTRO ESCOLAR DE S. TORCATO - CEDÊNCIA AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta:

“O Centro Escolar de São Torcato solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos no dia 25 de novembro para uma visita à Casa de Acolhimento de Crianças “Casa das Andorinhas” em Lousado. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico e que a colaboração da autarquia se reveste de suma importância para a sua concretização e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização de viatura em causa, considerando ainda os custos associados a uma deslocação para fora do concelho, e sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, nos termos da alínea u) do nº1 do artº 33 da lei 75/2013, de 12 de Setembro, remete-se à reunião de Câmara, para ratificação a aprovação deste apoio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA EM 2014 – 1º ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO – Presente a seguinte proposta: “Por

deliberação de 20 de março de 2014 foi aprovado o apoio ao

Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira com um subsídio de €8.000,00, para aquisição de equipamento de mobiliário, escritório e fisioterapia para resposta aos utentes do Centro Social e da Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Nespereira. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 14 de Maio de 2014 um protocolo com o CSPSEN, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010. No passado dia 5 de novembro, o Presidente do CSPSEN solicitou à Câmara a alteração do objeto deste subsídio de modo a que pudesse ser aplicado em despesas associadas a atividades da Unidade de Cuidados Continuados Integrados. Propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do referido regulamento, a aprovação do pedido, anexando um aditamento ao atual Protocolo onde conste a alteração das Cláusulas 1ª e 2ª, da seguinte forma: Cláusula 1ª – Objeto - O presente Protocolo tem por objeto (...), para o apoio às despesas associadas às atividades da Unidade de Cuidados Continuados Integrados. Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo - Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo mantém-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.” O referido aditamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS PARA 2015 – RETIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE NOVA TAXA – ALOJAMENTO LOCAL E SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL – Presente a seguinte proposta: “A Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para 2015 foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião do passado dia 6 de novembro de 2014, e encontra-se a aguardar a aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal.



Verificou-se, entretanto, a necessidade de alterar a taxa constante do art.º 40.º, que respeita à taxa pela apresentação da “*mera comunicação prévia para registo de Alojamento Local*”. Com a entrada em vigor no próximo dia 29 de novembro do Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, diploma que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, as meras comunicações prévias previstas no art.º 6.º deste diploma passam, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, a estar isentas de taxas. No entanto, o art.º 8.º deste mesmo diploma prevê que a câmara municipal, na sequência da entrada da mera comunicação prévia e no prazo de 30 dias, realize uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no referido art.º 6.º deste diploma legal. Esta vistoria implica a realização de diligências por parte dos serviços municipais, para os quais é necessário estabelecer um valor que corresponderá à taxa a pagar pela efetivação da vistoria. Foi realizado pelos serviços do Departamento Financeiro um estudo económico-financeiro, tal como previsto na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, para determinação do valor da taxa a cobrar, conforme documento que se junta em anexo como **doc. 1**. Coloca-se, assim, à consideração superior, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º, e da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação da criação de uma nova taxa, a submeter posteriormente a aprovação da assembleia municipal, para a realização das vistorias supra referidas, com o seguinte teor: - “*Auditoria de classificação no Alojamento Local – 94,00€*”. Mais se propõe que, na sequência do supra exposto, seja revogada a taxa apresentada na Tabela de

Taxas e Outras Receitas Municipais constante do seu art.º 40.º. Por outro lado, é ainda necessário clarificar o teor do art.º 42.º desta Tabela, que respeita à apresentação da mera comunicação prévia de Industrias de Tipo III e pedidos de alteração, dele passando a constar que estas comunicações prévias são apresentadas no âmbito do Sistema da Industria Responsável, o que igualmente se propõe.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----